

A SAGA DA MARIAZINHA

Cacique Juvenal Payayá

A tarde nebulosa numa mata densa produzindo a escuridão das sombras, o zumbido dos ventos, a rolagem das folhas, em cauteloso ângulo voam pássaros prenunciando imprevisto sinistro; no solo farpas e espinhos que ferem pés incautos, no horizonte contrastes e cores. Tudo mete medo, tudo contribui para o mistério que há na mata que é sagrada um povo que nela vive e dela se alimenta. Apesar do clima ameno, o calor exala na pressão inconstante fazendo o corpo produzir suor, intensa a água fluindo entre canais, fria sobre as pedras impostas na depressão das cachoeiras.

Entre flancos a jovem indígena pede licença ao maior Espírito esperando que lhe ouça, quer estender o seu pé previamente determinado pela cultura na correnteza, somente após imaginar ter obtido a licença pedida, o outro pé penetrou na fonte rasa e fria. A lição aprendida e perdurada em convivência com o saber ancestral não poderia ser violada. Duvidosa ao *chuá* da corrente, certificou-se que tudo era líquido. Antes do mergulho os pulmões aspiraram intensamente o ar, rodopiou o corpo como uma bailarina deixando envolver-se pela magia das águas vivas, mas, o peso da raiva e da dor lhe trouxeram à tona com rapidez, elevando a mão sobre o colar sente-se arrependida por esta só, os lábios serrados, seu rosto tomado por um turbilhão de lágrimas cedeu espaço para o ritual que consistia na comunhão entre o sangue do inocente morto e o espírito vivo do rio corrente, tudo com angústia e tristeza que, se medidas, seriam mais profundas que a própria fonte.

Mariazinha tinha em seu corpo desenhos com marcas de sangue do inocente, o mais viável seria carregar todas as marcas de sangue em formas permanentes simbolizando a dor, estímulo para vingar-se do inimigo em um dia que há de vir; ela sentia o desejo ardente que as marcas vermelhas ali permanecessem como tatuagem, que ficassem como provas dos golpes do martírio, o sangue do último guerreiro desenhado como tinta na sua própria pele, mas compreendeu que a ação do tempo o faria fenecer e lamentou, preferiu deixar ao espírito vivo do rio a incorporação para sempre, tangendo para o mais profundo desconhecido.

Aprendera a escolher as águas puras do riacho longínquo descendo a serra por entre gargalhos rochosos para enterrar as mágoas, atrás da completa limpeza da alma, ali, pensavam todos da tribo, seria o abrigo quase escondido dos viventes, é nas gargantas d'água onde os bons espíritos se encontram. Entre sombras da floresta e o resplendor da planície ouvia-se sempre um som de trovão, o convite para meditar, refletir sobre a incerteza da liberdade, ou da catástrofe -, do outro lado era o *Shoen*.

Os mais velhos narravam que a mudança foi uma ação forçada, contra o gosto da maioria do povo, mas a aldeia precisava mudar de lugar e também de nome, o território sagrado fora violado, o Pajé Gameleira confirmara. Todas taperas permaneceram em pé menos a Tupaoka onde o Abaré rezava. Apesar da marcha forçada, os kurimin se divertiam e saltitavam sobre pés de acaju sem clamores nem choros. Uma kuriã sentindo dores merecia os melhores olhares, o pajé atento acompanhava de perto, a velha Tuxaua tomando os cuidados necessários, as outras abanavam o ventre e umedeciam o corpo da parturiente.

Para desgosto do religioso, refém voluntário da aldeia, não permitiram sua aproximação do quadro. Um gemido mais profundo, de repente a ordem - todos param. – *A Kuriã Si* pariu! Anuncia o pai e seus amigos. O nome da menina será Ky'yinha, a pimentinha pois lembrou-me a mãe quando a conheci.

A alegria é contida até que irrompa o choro era o grito da esperança, da continuidade da vida. Aí sim, a tribo fez soar o maraká, os mais belos sons que parecem ainda vagando entre o desfiladeiro das chapadas sem fim. Com os dentes afiados a Tuxaua separa os corpos entre mãe e filha, a criança chora num grito de espanto, foi trazida e apresentada a todos como um símbolo da continuidade de um povo de origem indecifrável.

Enquanto os guerreiros construía a nova palhada sobre o olhar do padre, que eles chamavam de *abaré-tinga*, as mulheres dançavam sobre a areia. A batina preta, a água benta, começando o ritual. E Ky'ynha, a menina foi trazida pensando-se ser para a tão costumeira roda na frente da grande oka, mas não foi, diante de um abrigo improvisado havia um altar e um pote com água, em vez de canto ouviu-se ameaças de fogo e de destruição dos espíritos para quem não se ajoelhassem diante da cruz; assim Mariazinha foi batizada mesmo sem as convicções necessárias dos pais, da tribo e do velho Pajé, que arrepiado resmungava impropérios. A *kuriã* Ky'ynha *foi entregue aos braços do abaré*, o padre deu-lhe o nome de Maria, depois Mariazinha cresceu também Mariakinha.

Em pé, sozinha, em profundo silêncio sobre a lâmina d'água, Mariazinha buscava comovida a luz na copa das maiores árvores onde o infinito habita e não cai, o penhasco amedrontoso imprimia pavor desconhecido a uma jovem solitária que pelo dever do ritual estava nua; certificara-se que dali só havia uma única saída, além da entrada, o que lhe permitiria a fuga em caso de sorrateiro ataque, para um forasteiro a retirada sobre as rochas escorregadia seria lenta, mas, para ela que confiava em seus pés de ágeis passadas, não, apesar de considerar o perigo.

Assustada? Sim, mas não tanto. O melhor dizer é precavida, ela fixou o olhar no ângulo pedregoso da cachoeira e viu a sombra de um homem: chapéu de abas largas cobrindo parte do rosto, sorriso sarcástico, fofoso, arma pronta para o uso escorregando na lisura do penhasco, anunciando-se: – Eu sou o trovão, o deus a quem kunhã procura...! E fez troar a carabina para o alto.

Mariazinha, como não queria ser, foi surpreendida. Ele tomava conta da única saída. Mariazinha manteve a dignidade das guerreiras desarmadas. As tetas encobertas pelos fios pretos da cabeleira longos já desnudas, as bolhas puras de ar no corpo umedecido, foram sorvidas rápidas pela boca fétida do chegante; diante de um olhar repressivo, tratou de proteger como um bem precioso o que trazia na cintura - as marca do sangue guerreiro -, abaixou-se lentamente na esperança que a correnteza as absorvessem para si e mesmo oprimida interpretou no olhar do sádico o prazer em ver o líquido enrubescido se esvaindo como saindo das entranhas de uma virgem. A impotência reapareceu, mente em ebulição, a ira contra a insolência, a infâmia contra a ira, a subjunção contra a impotência. Mas não pediu clemência.

O forasteiro sadicamente a dominara segurando-a pelas tranças molhadas, Mariazinha sentia-se rendida. Por não haver aparente rejeição, tudo ficou consumado em um instante, ali mesmo na correnteza; apesar do desprezo, jocosas paixões típicas dos animalizados se manifestaram, meio humano meio satânico, pura insensatez.

Depois do ato vil, atada pelo punho, fora tangida como animal doméstico através das trilhas em busca da aldeia onde o cafajeste presumia outras fêmeas para infíndos e diabólicos atos de sadismo; sempre atrás como senhor da situação, de arma em punho, o caçador colonial de índios vagava, ela tendenciosa, o maior querer seria desvencilhar-se em uma loca qualquer, atirar-se sobre uma penha e morrer para nunca mais ser

surpreendida, nunca mais ter corpo para ceder a tão incomum tristeza, a desconhecidas e imundas paixões do macho dominador colonial.

E penetrou na aldeia espocando sua lazarina querendo dizer que chegara o senhor das tribos, o dominador das vidas, o indomável repressor. Recolhidas as mulheres obedientes sob seu comando temiam diante de tudo o que sabiam, tudo o que presenciaram pelos campos e territórios, todas as maldades, as mortes, as fadigas. Todos os homens mortos, nem um para enfrentar o branco, todas sabiam, se não obedecessem pagaria a rebelião com a morte. Uma delas falando na língua nativa, perguntava, como um clamor, sem esperar que alguém desse a infame resposta: cadê o Abaré para nos proteger? Cadê Tupã?

Certo por apoderar-se facilmente da situação, o caçador exigiu o melhor que elas lhe poderiam dar, recusando o cardo e angu e a farofa d'água, o xibé, preferindo o melhor pescado, a caça moqueada e beiju de tapioca fresca, o mingau de puba, o mel de jataí, o *kauim eté* de milho ou de mangaba. A cada momento uma fêmea lhe agraciava o corpo sujo e as mãos calosas e inábeis, forçada a lhe beijar a boca com sabor e vômito.

– Agora eu sou o rei desta tribo e rei é maior que seu cacique! Elegeu-se vangloriando-se em desprezo.

É verdade que a nova aldeia não sobrara homens para marcar tarefas, no entanto elas não precisavam de qualquer um, especialmente homem que fosse sombra do inimigo, espírito de anagá, alguém capaz de perfurar com sua arma o corpo do mais jovem payayá. As armas da aldeia eram porretes e dois punhais que Mariazinha mesma retirara do corpanzil do último aba payá, último filho, pai e amante, o último kurumiasu guerreiro a tombar em luta. Mariazinha ainda ouvira o último suspiro, ao retirar das entranhas a arma mortal lambuzara o peito e as coxas, parte no seu corpo jurava vingança, ao enterrar o corpo surpreendeu-se lembrando a simbologia contida nas marcas do sangue sobre o corpo de quem se cobre com o lençol de terra e de quem permanece vivo sobre a terra; cada traço luzia uma mensagem, na pedra do altar, na cova da serra, na árvore da sombra, acrescentando mais juraras: nunca se deitaria com outro homem, protegeria a aldeia com as forças das mãos com o sangue que restar, vingar-se-ia nem que custasse a última sobra de vida.

Na cabana, a Tuxaua lhe confienciara em momento solene, confienciara que para cumprir o último dos sagrados rituais ela deveria guardar tudo em segredo, escolher o mais sutil lugar e cumprindo o mais sagrado dos deveres; para que o morto seja recebido no reino dos ancestrais, não poderia falhar, pois, no sangue houve jura, sangue tomado por um perverso e do guerreiro foi emprestado no corpo como testemunho; a ira providenciara espargir o sangue sobre a sua pele transformando em inconfundíveis marcas – marca da tribo; a pintura com o sangue do morto matado tem significado maior para quem testemunha o último suspiro, o último respiro, a batalha Payayá chegava ao seu final; havendo vingança nada deve ser exposto para mais ninguém a menos que a vingança se consuma, tudo ficará reservada ao conhecimento do espírito maior. Cabendo a Mariazinha escolher entre as águas correntes, a terra profunda, a árvore da sombra, o fogo sagrado, o trovão como lugar sutil para guardar o segredo até que houvesse vingança. Mariazinha escolhera o espírito do rio para cumprir seu dever e marchou só.

Apesar de estar no papel de supremo, o bandeirante tinha medo das mulheres e portanto fazia ameaças satânicas, repetidas vezes impunha mais paixões, mais desejos, mais luxúrias, mesmo contido pela natural barreira imposta pela fadiga do corpo ele não dormia, debruçava-se sobre as órfãs e viúvas tendo Mariazinha como favorita, nem Anagá o detinha. Sua arma sempre à pouca distância do punho, mãos hábeis uma delas

permanente aberta, covardemente não hesitando em usá-la sobre o mais íntimo gesto de que lhe parecesse ameaça; sempre estúpido, sorriso canalha, embriagado, sorrateiro e vil.

A noite implacavelmente chegando, sob comando da Tuxaua todas as mulheres da aldeia em preparo silencioso para receber as trevas, fosse o que fosse, o momento que nunca fosse, todas sentiam-se preparadas; se chamadas fossem para outra vida onde já foram todos os guerreiros, ou não fossem chamadas, estariam prontas para defender o que restava do território, da tribo, nem que em sacrifício a Tupã o corpo fosse tomado.

O salteador exigia respeito - Miguel Lemos - por não conhecer pai nem mãe, nem bons sentimentos, amedrontava-se quando cativado, interpretando como boas ações, já não se apercebia do ódio que elas sentiam, quando o ridículo no seu desempenho machista manifestou-se, ele, que desconhecia emoções, inflamou-se, menosprezou a beleza das pinturas nos corpos nus, das cabeças de cocar, das carícias fingidas, tudo tornaram-se em incômodo, enquanto ele planejava uma fuga honrosa, elas planejavam o momento propício para a sagrada vingança.

No olhar de Mariazinha não aparentava zanga, e mesmo zangada era meiga e meiga era vingativa, sem convite resolveu deitar-se sobre o seu dorso peludo e nojento e beijar-lhe a podridão nos lábios, havia escolhido a mais bela *kuriã* para que beijasse-lhe os pés rotos de feridas, outra que afagasse o crânio piolhento, e ainda uma para alimentar as suas mãos inocentes com as lâminas afiadas e fatais dos punhais, arma que era o mimo do vil assassino; a vingança – recomendara a Tuxaua de ira nos olhos vermelhos – teria de ser com as mesmas armas do desconhecido, assim como extirpara a vida do guerreiro último, assim também o assassino seria sacrificado pela mão de quem vingara.

Somente mãos fortes de guerreira, uma gûarini determinada poderiam valer a tão rude ação – solenemente o conselho das mulheres Payayá determina –, pouparia as mãos inocentes das meninas, as incertezas das *kunhãtai*, ou das inexperiências das *kunhãmuku*, as mãos trêmulas das *gûaibi*, as paixões das *kunhãsy*, melhor seria ela mesma, Mariazinha, ou Mariakinha, que lisonjeada agradeceu a confiança do conselho, a arma seria a lâmina, a lâmina que ela tanto conhecia, a mesma que extraíra do corpo tombado do gûarini, guerreiro que era sua paixão, numa inesquecível ação sanguinária, fatal; a mesma arma seria cravada, uma a cada lado do dorso do *amotaré* impostor, o malquerene, fazendo no endiabrado malfeitor a maior fissura onde uma mão coubesse, atracadas como duas agulhas pontiagudas no tecido interno, pregado ao chão para nunca subir ao espaço divinal dos ancestrais – esta missão foi dada a Mariazinha.

Como não era previsto, o ventre de Mariazinha tendo sido corrompido pela ação diabólica do *amotaré*, havia necessidade de um ou mais dias para os efeitos das beberagens devido a imensa dor dos maus tratos, e Mariazinha assim cumpriu, odiando os dias de saramento, então chegou o dia e a hora.

Como foi previsto, o seu desprezível ventre recebeu as duas desejadas punhaladas, a esperança era ver o sangue jorrando como água na cachoeira, mas não jorrou e Mariazinha, por não ver sangue abundantemente jorrando –, Mariazinha não sabia que em furo de punhal não jorra sangue como as feridas pelas lanças de guerreiro –, audaciosa permaneceu por um instante contemplando a agonia do infeliz e pela última vez fora surpreendida, os segundos foram cruciais, suficiente para que a mão do demônio guiasse a do bandeirante *amotaré* até o gatilho no seu último ato de agonia e Mariazinha tombou sem vida sobre o corpo que acabara de tirar a vida.

Ficou consumada a dupla vingança.

Tudo como reza no rodapé da cartilha bandeirante, na última explosão da carabina em vez do gesto de agonia e dor abriu-se um sorriso de vingança, a expressão forçada nos lábios do cadáver representava o mais instigante entre os artigos normativos do código bandeirantes: “ao ver-se surpreendido, em nome de Cristo, mata-se também o inimigo”.

A dupla morte na escuridão, tão inesperada para o resto do mundo, teve o sentimento mais sincero entre as mulheres payayá-tapuya, elas perdiam a mais audaciosa entre todas as guerreiras da última aldeia Payayá.

Pela madrugada, cuidadosamente tudo ficou esclarecido, separados foram os corpos de acordo com as crenças e os sentidos dos rituais: Mariazinha teve o corpo pintado e embalsamado em ervas bem colhida para ser bem acolhida, conduzido pela floresta para flutuar nas águas frias do riacho, lentamente lá se foi o corpo dócil, foi-se pelas sete quedas das cachoeiras da Mariazinha, emprestando seu perfume para plantas, sua pele camuflada entre as rochas, seu fôlego ainda gera espumas que flutuam e escorrem – para quem sente sabor, a água é doce – ainda hoje, para quem sabe contemplar a luz brilhando, talvez possa ver seus dois olhos negros na última queda da cachoeira da *Mariazinha*.

No entanto, em outro instante, os corvos permaneceram circundando, pastejando as vísceras do bandeirante Miguel de Lemos, entre campos desmatados, dizem que no vale do Shoem pairam o odor do cadáver putreficado do sórdido bandeirante cujos restos mortais, jamais reclamados, ainda aguardam ser reclamado por algum patrício de além mar.

Sobre os Payayá

Povo Payayá, filho do Grande Espírito. Sabe-se que nossos antepassados habitavam o território do sertão da Bahia, onde, na atualidade, conhecemos por diversas cidades: Utinga, Jacobina, Miguel Calmon, Senhor do Bomfim, Caém, Antônio Cardoso, enfim, entre a foz do Paraguasu (com s) ao São Francisco, próximo ao município de Nova Soure se estendendo até a onde hoje é o Estado de Sergipe e falavam o idioma Tupy.

Em 1678 o grande cacique Sacambuasu se encontra com o Mendonça Furtado, governador da Bahia e a sua destruição foi decretada devido à forte resistência do nosso povo. Foi complementar o massacre pela ação da mineração das jacobinas provocando a dispersão de nossos antepassados para juntar-se somente ao final do século XX na Cabeceira do Rio Utinga.

O último cacique antes da dispersão foi Raimundo Gonzaga, da família Gameleira. Atualmente sabe-se que os Payayá estão misturados pelo mundo e entre outros povos, como os Pataxó Hã Hã Hãe, Caimbé na Bahia e até fora do país como em Santo Antônio, no Texas. O povo Payayá conquistou em 2018 parte do seu território sagrado nas nascentes do rio Utinga, na cidade de Utinga na Bahia e seu cacique atual é Juvenal Teodoro Payayá.



Cacique Juvenal Payayá Silva, Juvenal Teodoro ou Juvenal Payayá, nascido em 04/04/1945 em uma aldeia – Marakaya – Chapada Diamantina e foi registrado em Miguel Calmon, Bahia. Seus pais, Cosme Teodoro da Silva e a indígena Ana Gonzaga Payayá, ascendentes indígenas da Cabeceira do Rio Utinga. Em ambiente tribal viveu sua primeira infância. Aos 13 anos acompanha os pais para São Paulo onde faz o curso de supletivo e surpreendendo a todos ao ser aprovado no vestibular da USP. O choque cultural foi marcante, abandona a USP sem concluir os estudos de História regressando definitivamente para a Bahia – lugar de indígena é na aldeia –, sua *aldeya* natal.

Apesar das atividades e pai de 3 filhos, ingressa na UEFS e conclui o curso de Economia, ajuda a fundar o Diretório Acadêmico de Economia Onestino Guimarães, tornando-se seu primeiro presidente, conclui o curso de Educação na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em Esquema I e se especializou em Administração pela Faculdade CACCEBA.

Como atividade profissional dedicou-se por mais de 25 anos ao ramo editorial – em especial nas Editoras Ática e Scipione. No ramo editorial torna-se pequeno empresário com a Livraria A Romana e Editora Século XXI, pela qual edita seus primeiros livros, “Os Tupinikim – versos de índios”, “Pelos Assassinos”, “Negócios na Periferia” entre outros de outros autores. Escreveu e publicou livros em diferentes editoras: “O Filho da Ditadura” pela Fast Design, “Vozes Selvagens” pela Vento Leste e “Nheeguera - o recado” pela ALBA.

Juvenal colaborou na construção e afirmação da nova literatura indígena, participou como assistente da Dra. Graça Graúna na oficina de literatura indígena – Festival de Inverno em Garanhuns - PE, 2003 e, definitivamente abraça a causa Indígena e a luta incansável pelo ressurgimento e a afirmação do povo Indígena Payayá. Finalmente, com muita sobriedade, é convidado pelo povo remanescente Payayá a assumir a função de cacique à frente da resistência da cultura do povo Payayá fundando o MAIP – Movimento Associativo Indígena Payayá em 2008. Também contribui na luta pela recuperação e preservação do Rio Utinga e do vale do paraguasu, escrito com “s”, plantando milhares de mudas nativas. Enfim, mais uma ação na luta pela resistência histórica dos povos indígenas da Bahia.

Como professor atuou em diversas instituições: (São Paulo - SP, Feira de Santana, Serra Presta, Itaberaba, Jacobina, Várzea Nova) e nas escolas: (Colégio São Paulo - SP, Colégio ACM, Colégio Senhor do Bonfim, Faculdade Vasco da Gama, Faculdade Unyahna, Fundação Visconde de Cairu e Faculdade Dois de Julho).

Colabora com as lideranças indígenas na fundação do grande movimento indígena, MUPOIBA - Movimento dos Povos e Organizações Indígena da Bahia, participando da primeira coordenação como diretor financeiro e na segunda gestão como secretário geral.

Foi membro do Conselho Estadual de Educação da Bahia - CEE - BA e Do Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia – COPIBA e do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEPI).